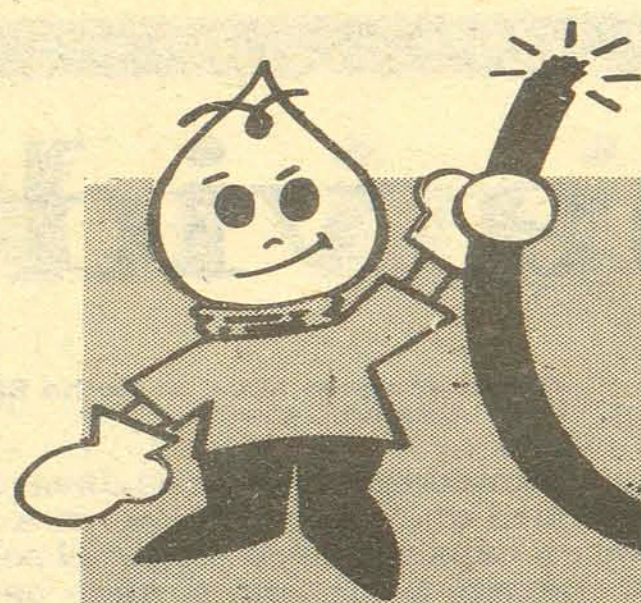




Intersindical dos Eletricitários SC

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 118 29/11/90

CNE discute com ministros

No dia 27, o CNE conseguiu abrir canais de negociação com o primeiro escalão do governo — realizou uma audiência com Antonio Rogério Magri. O Ministro do Trabalho se comprometeu em realizar uma reunião com o fórum das empresas e autoridades do setor, provavelmente no início da próxima semana. Magri vai intermediar o encontro, que pretende resolver o impasse criado pelas empresas que esgotaram todas as possibilidades de se chegar a uma solução razoável. Ainda nesse dia, o CNE esteve reunido com o Ministro do TST e Pimentel concordou que o índice de reajuste salarial deveria ser maior que o oferecido pelas empresas. No dia 28, a Intersindical esteve reunida em Florianópolis. No dia seguinte ela tem uma negociação com a Eletrosul, para discutir as questões pendentes da pauta específica.

A última reunião com o fórum das empresas aconteceu nos dias 22 e 23. Nesta negociação o CNE adotou a tática da objetividade e definiu um limite possível de flexibilização da proposta dos empregados, mas não houve avanços. Todos os itens econômicos foram negados. Das questões político-sociais, somente o modelo de gestão institucional foi aceito, com as empresas comprometendo-se em realizar seminários com a participação dos empregados para discutir o desenvolvimento do setor elétrico. Saiu também a promessa de discutir o concurso público 120 dias após a assinatura do acordo coletivo.

O Comando não conseguiu que fossem mantidos os direitos adquiridos no acordo 89/90. Todos esses direitos serão reexaminados em

conjunto com os Sindicatos, podendo ser preservados desde que não colidam com as metas empresariais de aumento de eficiência, especialmente com a reforma administrativa. A anistia aos empregados demitidos na greve de agosto foi taxativamente negada. O último e mais discutido ponto — a garantia no emprego também não foi aceito. As empresas não quiseram falar sobre critérios e percentuais de demissões por

tratar-se de um assunto restrito às administrações.

Anistia aos demitidos e garantia no emprego foram o assunto da reunião havida com o Ministro da Justiça, no dia 20. Nela seis representantes dos eletricitários ouviram o compromisso de Jarbas Passarinho — acionar o Ministro do Trabalho para tomar medidas com relação aos punidos.

O CNE levou para a negociação do dia 22 e 23 as seguintes reivindicações econômicas: reposição de 190%, mais abono do TST até janeiro; gatilho salarial de 20%, sempre que a inflação acumulada atingir esse valor; não desconto dos dias parados e das antecipações do 13º; nova negociação em fevereiro de 91. O único ponto que as empresas aceitaram discutir foi o não desconto. Em 30 dias elas falam sobre a possibilidade legal e financeira de atender ao pedido, sob outra ótica que não a de reposição de perdas.

O índice de reposição ficou mesmo nos 140,4% (ver box ao lado). O abono concedido pelo TST não será mantido porque as empresas não reconhecem apoio legal para a reivindicação. Já a concessão do gatilho contraria a política de desindexação do governo. As mesmas "normas legais" vão condicionar a realização de uma nova negociação em fevereiro. E depois de tudo isso a Eletrosul publica no Saiba do dia 26 que a responsabilidade pelo adiamento da conclusão das negociações é do CNE.

Não fossem os relatos das reuniões com o fórum das empresas suficientemente esclarecedores, o jornal O Dia, do Rio de Janeiro, oferece mais dados. O periódico fala principalmente da figura de Juarez Farias, atual Diretor de Coordenação e Gestão Empresarial da Eletrobrás, que é qualificado como a "pessoa errada" para se negociar. "Farias não admite nenhum tipo de concessão". Até agora ele tem sido o único interlocutor das empresas.

Conheço o cálculo do reajuste

Nem todo o reajuste oferecido pelo Grupo Eletrobrás entrará no bolso dos eletricitários. Dos 140,4% propostos uma parte compensará o valor do abono do TST. Ou seja, em novembro entra o reajuste e sai o abono. O resultado dessa substituição é variável: para os que ganham salários menores e abonos de Cr\$ 12.000,00, o reajuste alcançará no máximo 64,08%. O piso salarial será reajustado em 32%. Para os que tem recebido abonos de Cr\$ 8.000,00, os reajustes vão de 85 a 124%. Os trabalhadores que recebem Cr\$ 6.000,00 de abono terão reajustes de 124 a 130%.

O cálculo do salário arrochado pode

ser feito da seguinte forma:

Salário base de outubro x 2,404 = salário base de novembro

Salário base de novembro

Salário base de outubro + abono

- 1 x 100 = reajuste líquido na data base

Ex.: Salário base de outubro = 14.625,00

Abono = 12.000,00

Salário de novembro = 14.625 x 2,404 = 35,159

Reajuste Líquido =

35,159 = (1,3205 - 1) x 100 = 32,05%

26.625

Celesc nega-se a negociar salário

Ninguém tem idéia de quando será julgado o dissídio da Celesc. O Tribunal Regional do Trabalho — TRT — que deve julgar o processo entra em recesso antes da metade de dezembro e só retorna à atividade no início de janeiro. E até agora o julgamento não foi marcado.

A Intersindical está realizando um trabalho de mobilização com reuniões por local de trabalho, preparando as assembleias decisivas que ocorrerão no dia 6 de dezembro. "Se continuarmos com este clima pacato e não formos uma negociação isso não vai ter solução nunca", comenta o presidente do Sindicato dos Eletricitários de Tubarão, Ozéas Souza. A preocupação do sindicalista tem razão de ser, pois o julgamento do dissídio, seguindo a tramitação normal, deve acontecer em janeiro, quando já deveria estar ocorrendo a negociação das perdas referentes ao trimestre novembro/janeiro.

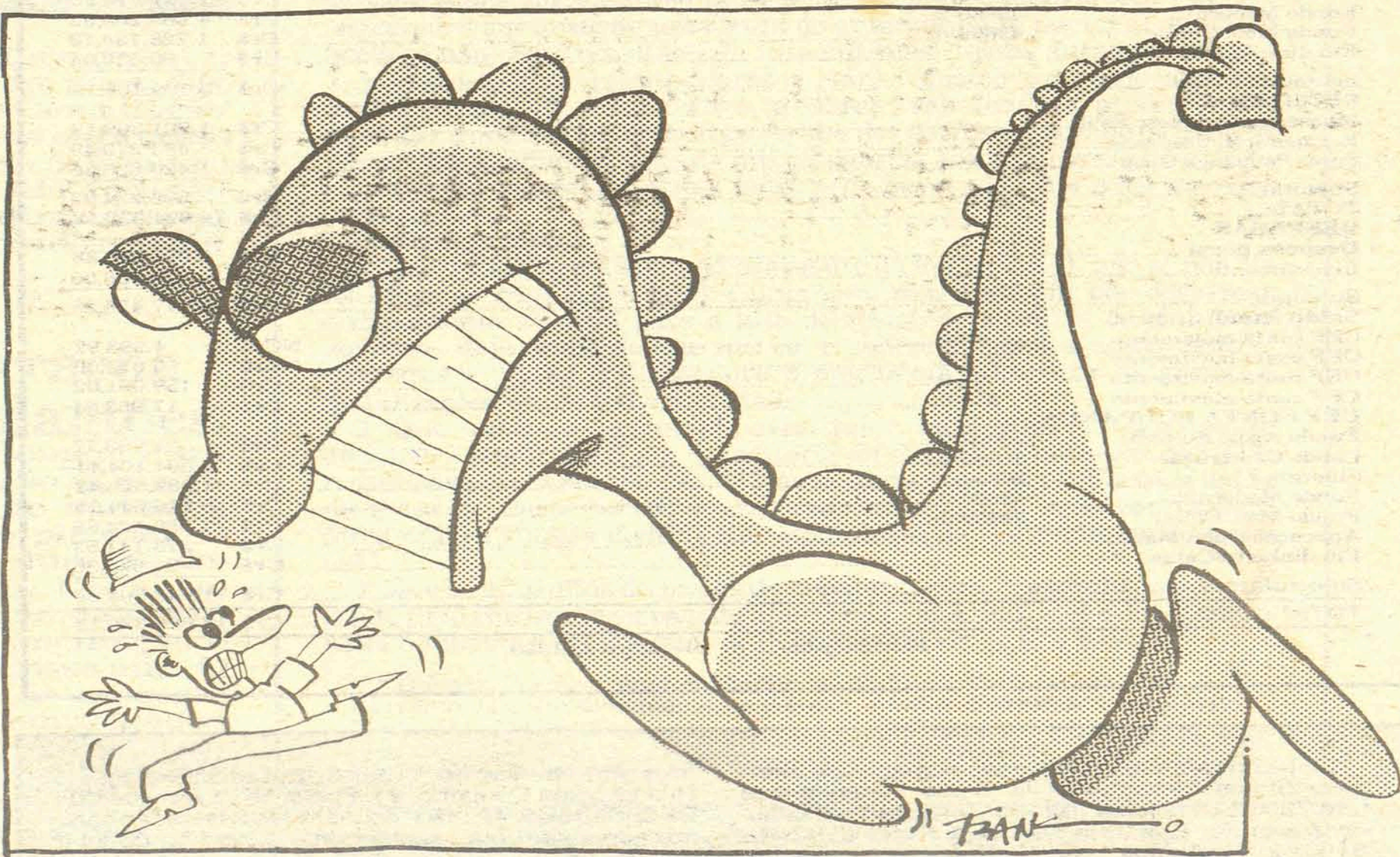
Tudo isso ocorre enquanto os celesquianos estão tendo reduzido não só o seu poder de compra mas o próprio salário líquido. Neste mês aumentaram as alíquotas de desconto de imposto de renda e previdência, mas os salários não aumentaram. Ou seja, o salário líquido diminuiu. Além disso, há a inflação média de 15% que vai corroendo o poder aquisitivo.

Pela primeira vez a Celesc não pagou o reajuste da data-base no mês de outubro. Outras empresas de energia, mesmo fora de data-base, já receberam reajustes razoá-

veis após o Plano Collor. A Copel, com acordo assinado, teve reajustes que variam entre 163 e 242%. Na Cerj, depois de uma greve os eletricitários receberam reajustes entre 195,7 e 220,7%. Na Cemig as negociações ainda estão em andamento, mas já houve reajuste de 206,18%. A Cesp e a Cpl têm data-base em janeiro, mas já receberam 105,9%. A Celpe e a CEEE ainda estão em negociação e seus reajustes já somam 170%. Enquanto isso a Celesc reajustou os salários apenas em 140,88%, já tendo passado o mês da data-base.

Arno Cugnier, secretário da Intersindical é taxativo ao dizer que se não houver uma arrancada na mobilização, inclusive com greve se for preciso, os eletricitários vão amargar o maior arrocho que já sentiram. "Com a inflação crescente e as decisões jogadas para o TRT as perspectivas são as piores. A possibilidade de alterar a situação está em fazer com que a empresa reabra negociações e encaminhe para a assinatura de um acordo", argumenta Arno.

"A Celesc está numa posição muito confortável", esperando o Tribunal, como se nada dependesse dela. Por isso nós temos que chamá-la na responsabilidade e negociar um reajuste digno para a categoria", salienta Isaltino Pedron, presidente do Sindicato dos Eletricitários do Vale do Itajaí. Para ele o dia 6, dia de assembleias, é o "dia D". "É quando a categoria vai optar entre a luta e o arrocho", arrematou Isaltino.



Collor, Celesc e Eletrosul

Empresas como a Celesc e a Eletrosul são extremamente sensíveis às mudanças políticas de Governo. Os reflexos destas mudanças, via de regra, atingem os empregados — a parte perene das empresas — e beneficiam os políticos de plantão que se beneficiam de sua "passagem" pelas estatais. No corpo funcional das empresas também existem aqueles que estão sempre prontos para se beneficiar destas mudanças: são aqueles que disputam avidamente cargos de chefia, ainda que a ascensão custe muita humilhação.

Hoje estamos vivendo um momento de grande mudança na conjuntura política. O resultado das eleições estaduais demonstram que Collor experimenta um isolamento incômodo, enquanto alguns de seus opositores se fortalecem. Collor perdeu as eleições.

Esta derrota collarista vai se refletir diretamente na Eletrosul. Todos sabem que os quatro estados do Sul indicam diretores para a Empresa. E pelo menos dois estados elegeram governadores frontalmente contrários à política do Governo. Como isso vai se refletir na gestão da Eletrosul? Quem vai ganhar e perder com isso? Quantas chefias vão "dançar" nessa história?

Na Celesc, os tempos também

são de mudança. Muitos chefes, pelo menos, já mudaram o comportamento. Gente que antigamente fazia pressão contra empregados que tinham reclamatória trabalhista em andamento, hoje incentivam tais ações, pensando em jogar o prejuízo para a próxima gestão. Os direitos dos empregados continuam legítimos como sempre, o que mudou é a "visão" dos algozes de ontem sobre eles.

Mas as maiores mudanças na Celesc estão por vir. Kleinübing chega para implementar a política collarista na Empresa, donde pode-se deduzir que pode vir aí um processo de demissões (a título de enxugamento), e um desfile de "austeridades" irracionais que acabam jogando as empresas em situação mais grave. Que ninguém duvide de uma "reforma administrativa" que jogue na perspectiva da privatização inicialmente dos serviços e, depois, de toda a empresa.

Mudam os governantes, os diretores, os chefes, mas o corpo de empregados continua o mesmo. A estes — que realmente constroem Celesc e a Eletrosul — cabe a defesa das empresas e de sua função social. Sem uma ação firme dos trabalhadores estas empresas passam a ser "presas fáceis" para os tubarões e para os oportunistas de plantão.

BALANCETE

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO MÊS DE OUTUBRO DE 1990/SINERGIA			
Saldo Anterior: 30/09/90			
CEF conta movimento	99-6	NC\$	4.998,92
CEF conta movimento	572-6	NC\$	6.013,00
CEF conta movimento	99-6	Cr\$	59.019,69
CEF conta movimento	248-0	Cr\$	17.953,84
CEF CONTA POUPANÇA			
Fundo Apoio Sindical	29007-0	Cr\$	9.739,77
Fundo Construção	31880-2	Cr\$	2.472.444,53
Sinergia	26800-7	Cr\$	1.181.075,95
Fundo Moderniz.	49660-3	Cr\$	4.669.205,32
Fundo Mob. Celesc	49659-0	Cr\$	1.728.138,13
Em dinheiro/Caixa		Cr\$	50.516,04
Subtotal		Cr\$	10.199.105,19
RECEITAS			
Mensalidade Celesc/Esul		Cr\$	1.921.309,18
Recuperação despesas		Cr\$	483.279,49
Juros Poupança/Open		Cr\$	1.420.636,26
Subtotal		Cr\$	3.825.224,93
TOTAL		Cr\$	14.024.330,12
DESPESAS			
Despesa geral		Cr\$	2.097.525,28
Investimento		Cr\$	79.900,00
Subtotal		Cr\$	2.177.425,28
Saldo Atual: 31/10/90			
CEF conta movimento	99-6	NC\$	4.998,92
CEF conta movimento	572-6	NC\$	6.013,00
CEF conta movimento	99-9	Cr\$	159.091,02
CEF conta movimento	248-0	Cr\$	17.953,84
CEF CONTA POUPANÇA			
Fundo Apoio Sindical	29007-0	Cr\$	24.703,77
Fundo Construção	31880-2	Cr\$	2.804.104,41
Sinergia	26800-7	Cr\$	1.339.508,42
Fundo Moderniz.	49660-3	Cr\$	5.215.644,19
Fundo Mob. Celesc	49659-0	Cr\$	1.880.124,88
Aplicação Open/Market		Cr\$	373.141,53
Em dinheiro/Caixa		Cr\$	21.620,86
Subtotal		Cr\$	11.846.904,84
TOTAL		Cr\$	14.024.330,12

Florianópolis, 5 de novembro de 1990

Linha Viva é uma publicação semanal da Inter-sindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glaucio Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT-SC 6166) e Rosângela Bion (DRT-SC 10119). Diagramação: Vera Rotta. Ilustração: Franck Maia. Im-

pressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis-SC, fone (0482) 22-3866, telex: 481555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

DOM PAULO ARNS

Uma vida contra a injustiça

Texto: Jacques Mick do Folha Sindical
Foto: Gastão Cassel

Semana passada houve um encontro em Caracas reunindo líderes da América do Sul e uma das preocupações principais foi a "crise da governabilidade" apesar de todos os países serem governados por presidentes eleitos. Como é que o senhor analisa isso?

Eu também fui convidado para essa conferência, porque o presidente Perez é meu amigo pessoal. Toda a transição de um regime autoritário para o regime democrático é dificultada primeiro por aqueles que tiravam proveito econômico do regime autoritário, mas em segundo lugar é porque se perde o traquejo político, não se forma mais políticos novos. É evidente que, não formando políticos, nós não teremos nenhum interesse, nem mesmo no povo em acompanhar a política. Em São Paulo eu estive dizendo em todas as ocasiões que ninguém tem o direito de votar em branco ou de anular o voto. Porque assim se enfraquece a democracia. Assim, daqui a pouco, nós não teremos mais gente que queira votar, nem para fazer pressões sobre o governo, porque as pressões populares são o que mais importa depois do voto.

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) participou das reuniões do entendimento nacional, que estão indo por água abaixo. Onde está o problema para que o pacto não tenha dado certo?

Eu acho que não está na sociedade civil. Venho de São Paulo, tenho bom relacionamento tanto com os produtores quanto com os sindicatos e estão se entendendo a FIESP e a CUT, que pareciam antes pólos para o norte e para o sul. O Brasil não pode continuar nesse mar de dúvidas, ele precisa encontrar um ponto de estabilidade.

Como é que entra a Igreja na viabilização do Pacto Social?

A Igreja foi convidada evidentemente não como instituição para representar alguém. A Igreja entra sempre que é

chamada para levar as coisas até o povo. Para que o povo não perca a esperança e a capacidade de reagir. O pobre, o paupérrimo, vai empurrando as dificuldades com a barriga, enquanto que a classe média reage com a cabeça e o coração e pode tornar-se bem mais violento do que a própria classe popular. Nós achamos que todo mundo tem de entrar no espírito novo de cidadania.

Como o senhor avalia a situação do respeito aos direitos humanos no país, diante dos dados divulgados pelo IBGE e pela FAO, que mostram uma nação com 53 milhões de famintos? E o Estatuto da Criança e do Adolescente?

Hoje está mudando tudo. Todo mundo está reconhecendo que sem os direitos humanos, nenhuma nação progride. Agora, quanto aos direitos da criança, eles em primeiro lugar foram preparados por todas as grandes religiões. Eu fui o representante do cristianismo nessa reunião. Todas as religiões, no sentido de cultivar o espírito da criança, levar a harmonia até integrar-se no âmbito da sociedade, são semelhantes. Eu acho que o Estatuto tem de ser incorporado na Constituição, vai demorar algum tempo, mas vai dar tudo certo.

A redescoberta do cemitério de Perus, da qual o senhor foi um dos responsáveis, traz à tona a relação dos velhos cadáveres com o novo governo. Aqui em Santa Catarina, em 1º de julho e 6 de novembro, agricultores sem-terra foram torturados diante das câmeras de televisão...

Ontem, três integrantes da Juventude Operária Católica foram seqüestrados. Nós estamos atrás disso. O melhor remédio contra a violação dos direitos humanos é a publicação. A Igreja e a Imprensa têm de andar de mãos dadas para denunciar essas coisas.

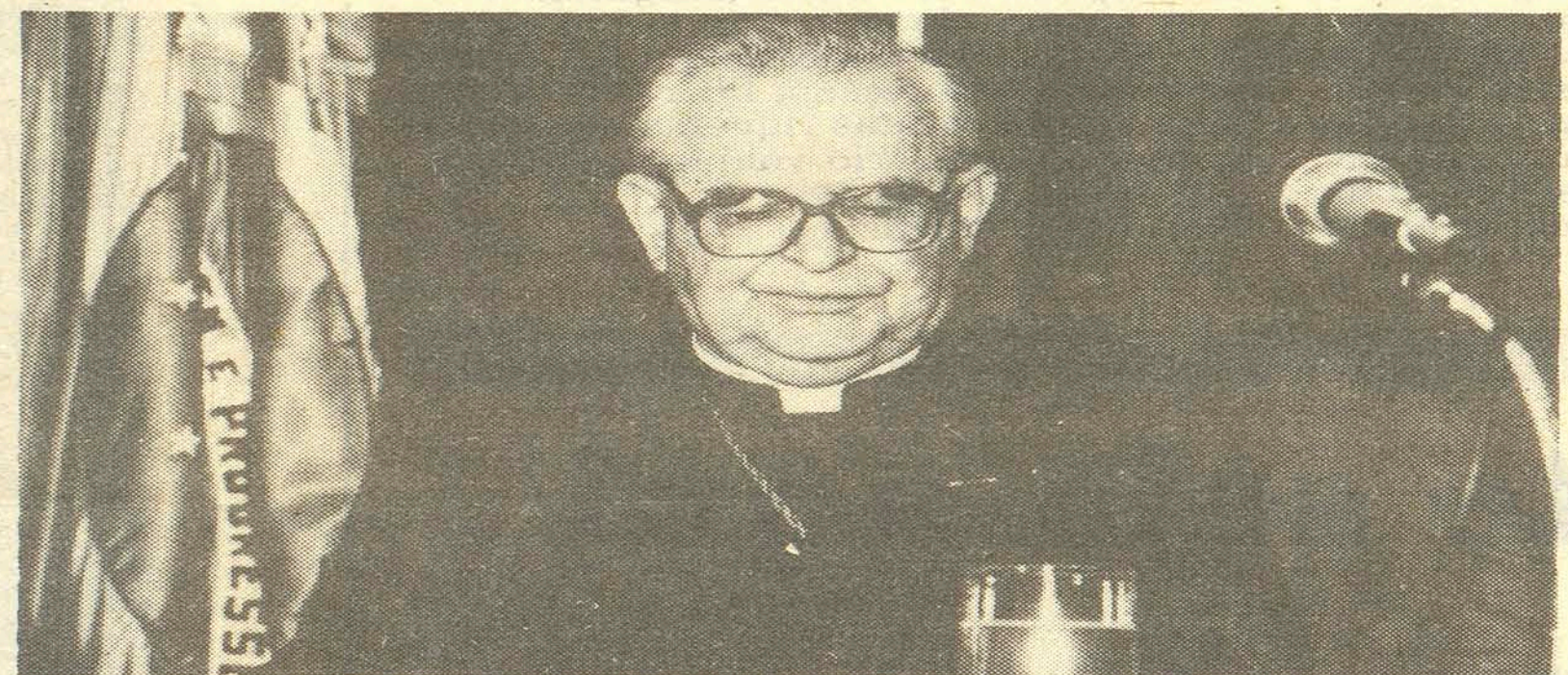
Há apenas dois meses foi descoberta a cova de cinquenta centímetros de largura e cinco metros de profundidade que escondia os cadáveres

Braços ao alto como um bênção, mãos trêmulas dos 69 anos, o Cardeal Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns agradeceu sorridente o recebimento da Ordem do Mérito Anita Garibaldi, na última sexta-feira, 23. Com certeza teria usado o mesmo gesto se fosse para aceitar o Prêmio Nobel da Paz, para qual foi indicado este ano. E, com o mesmo sorriso repetiria a frase que disse em todas as homenagens que já recebeu: "Sou um filho de colono".

De Forquilha, nos tempos em que o agora município era ainda um pedaço de Araraquã, Paulo Arns saiu a estudar em Curitiba. Em 1947 Arns, o terceiro homem dos 13 filhos da família, tornou-se frade franciscano. Mais tarde, o titulado doutor em Letras, Pedagogia e Literatura Antiga em Paris, ele enviaria um telegrama a seu pai: "Agora, seu filho de colono é doutor na Sorbonne".

Arns recebeu a maior condecoração do seu estado natal na manhã do dia 23, mas os compromissos não permitiram que ele ficasse em Florianópolis mais que quatro horas e meia. Naquela mesma noite, seria anfitrião de uma cerimônia internacional em São Paulo, que teria a presença do Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel.

Em entrevista coletiva e, no aeroporto, ao Núcleo Organizado da Imprensa Sindical e A Notícia, o arcebispo de São Paulo falou do país, da redescoberta do cemitério clandestino de Perus e do desrespeito aos direitos do homem, como nas torturas aos agricultores do Oeste catarinense em 1º de julho e 6 de novembro deste ano.



em Perus, e ainda não se pode fazer observações conclusivas. Mas o novo governo ressuscitou uma das figuras da ditadura militar, responsável pela assinatura do AI-5 que foi a gota d'água da repressão. O novo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, não prejudica a ligação

entre Executivo e Legislativo?

Com as ossadas eu acho meio difícil fazer algum relacionamento com a nomeação do Passarinho, porque naquele tempo ele não era nem ministro da Justiça, nem fazia parte do Exército, nem da Polícia, que tinham todo esse envolvimento de repressão debaixo de si. Ele

funcionamento, esta semana a sua gráfica própria. Trata-se de um sonho antigo que custou cerca de 5 milhões de cruzeiros. Os recursos para adquirir uma impressora off-set multilíngua, uma guilhotina semi-automática e um laboratório completo de fotolito e chapas de impressão, foram conseguidos através de um financiamento de cooperação junto à Federação dos Trabalhadores da Holanda.

O presidente da entidade, Ineir Mitmann, conta que a gráfica vai funcionar em esquema comercial, prestando serviços para o público. "É uma maneira de melhorar a situação financeira da CUT e, especialmente, de produzir material mais barato para o movimento sindical", comenta.

A gráfica tem capacidade de produzir impressos em várias cores e tamanhos, até o limite máximo de folha duplo-ofício.

Jurídico altera seu atendimento

Os atendimentos jurídicos no Sinergia serão feitos somente até o dia 7 de dezembro. Deste dia até

esteve presente quando se fez o AI-5, mas jamais foi ministro da Justiça. Eu tive bom relacionamento com o Passarinho no sentido de ele não permitir por exemplo a prisão de estudantes. Não se pode dizer que ele tenha sido intransigente, não foi da ala dura. Quanto à culpa que ele teve na introdução do AI-5, isso a gente só vai saber quando eles revelarem a história.

A presença dele no Ministério estabelece conexões entre o governo eleito e a ditadura?

A gente procura valorizar ao máximo o Legislativo e o Judiciário para que o Executivo não tome a si todas as iniciativas, o que seria péssimo para este período de transição e também de fortalecimento do regime democrático.

O Brasil mudou com o novo governo?

É evidente que uma pessoa eleita pela maioria, mesmo que seja por pequena margem, é sempre uma pessoa legítima colocada no poder. Por esse motivo que eu sou muito a favor das eleições. Até para um dos candidatos eu expus os quatro pontos que eu acho fundamentais. O primeiro é de nunca discriminar um governo municipal ou estadual que não seja do partido dele. Quem é eleito, é de todos. O segundo ponto é que se permitam movimentos populares, pressões populares. Que não seja o voto o único momento em que o povo toma parte do poder. O terceiro é que existam prioridades para Educação e Saúde. O Brasil está investindo em uma porção de coisas, estradas, acho tudo muito importante. Mas se não investir em Educação e Saúde, pagar bem os professores, ter boas escolas, bons médicos e bem remunerados, nós não vamos para a frente. Depois, eu penso que a educação democrática é uma evolução constante, um processo que nunca termina. A gente pode ser democrático até em casa, em tudo, em todo o lugar. E isso em última análise leva ao princípio fundamental dos direitos humanos, que os homens são iguais em direitos e obrigações.

Basta ver como o governo vem se comportando nas últimas semanas. Ao contrário de dar respostas concretas à pauta de reivindicações que foi entregue pela CUT há mais de um mês, o governo Collor segue aprofundando sua política de arrocho e recessão. É o que se comprova com o anúncio da privatização da Petrobrás com a demissão de 4 mil companheiros da Embraer; com as milhares de demissões e afastamentos de trabalhadores do serviço público; com a inflação beirando os 15% ao mês, num total de 350% desde março; com a proibição do saque do dinheiro do fundo de garantia, transformado da noite para o dia em "cruzados"; com a quebra de várias empresas nas últimas semanas; com o repasse de 540 milhões de dólares de seguro-desemprego para as mãos dos empresários que têm dívidas com o BNDS.

Em nenhum momento afirmamos que a CUT não deve negociar com os patrões e o governo. Acontece que existe uma grande diferença entre negociação e pacto social. O governo sabe disso e se esforça para ter a CUT na mesa do Pacto, prometendo inclusive discutir qualquer reivindicação dos trabalhadores. Para o governo Collor e os patrões o resultado final deste Pacto não é o mais importante, o que interessa é que a CUT reconheça este Pacto como legítimo e válido. A presença da CUT no Pacto Social enfraquece o poder de negociação dos sindicatos, das greves e lutas em curso, passando uma nítida impressão para as bases de que daqui em diante todas as questões de demandas importantes para a classe trabalhadora têm que ser negociadas em torno de um fórum de entendimento nacional ou Pacto Social e não como resultado da luta entre as classes antagonistas.

A resposta dos trabalhadores é clara. Mesmo com todo arrocho, com a ameaça de desemprego, a classe trabalhadora prefere lutar e resistir à política de fome do governo e dos patrões, segundo o DIEESE nas últimas semanas mais de mil categorias entraram em greve. Esta é a resposta concreta contra a política do governo Collor e dos grandes empresários.

Por isso propomos:

1º: Que a CUT se retire imediatamente do Pacto Social, não só porque isto fere as resoluções do 3º Congresso, mas também por desarmar o movimento sindical para a luta de resistência contra os planos de governo. Hoje, mais do que nunca, o concreto é que a nossa central convoque a classe trabalhadora a engrossar e unificar as greves e mobilizações no campo e na cidade;

2º: Que todos os dirigentes, ativistas e militantes do movimento operário e sindical exijam da maioria da executiva nacional da CUT, responsável pela adesão da CUT às negociações sobre o Pacto, a saída da mesa do Pacto social, construindo uma ampla ação contra esta força que as classes dominantes chamaram de "entendimento nacional".

3º: Que os 13 pontos da pauta de reivindicações, aprovados na plenária de Belo Horizonte sirvam de alavanca para a unificação das Campanhas Salariais e greves, que estão ocorrendo em todo o país.

TRIBUNA Livre

Membros da executiva nacional da CUT *

Que a CUT saia do pacto já

Vivemos um momento decisivo na sociedade brasileira. De um lado estão os trabalhadores, amargando mais de 300% de perdas salariais. De outro estão os grandes empresários e o governo, impondo seu projeto de recessão a ferro e fogo, com arrocho salarial, desemprego, privatização de estatais e desmonte dos serviços públicos essenciais à população, concentrando cada vez mais a riqueza nas mãos das grandes empresas privadas.

Nesta situação existem dois caminhos para a classe trabalhadora: 1º: sentar à mesa do pacto, recuar, não enfrentar e legitimar a política de miséria e arrocho do governo e dos patrões ou; 2º: resistir e enfrentar a política de recessão e arrocho na luta, no campo e na cidade e não aceitar nenhum compromisso ou pacto com este governo e os patrões, que são os responsáveis pela crise.

Nós dirigentes sindicais e da Central Única dos Trabalhadores, reafirmamos nossa posição de que a CUT deve-se retirar imediatamente do Pacto Social. Estamos convencidos que os trabalhadores nada têm a ganhar com isto e que o objetivo do governo é frear a resistência e o descontentamento popular contra a sua política.

Basta ver como o governo vem se comportando nas últimas semanas. Ao contrário de dar respostas concretas à pauta de reivindicações que foi entregue pela CUT há mais de um mês, o governo Collor segue aprofundando sua política de arrocho e recessão. É o que se comprova com o anúncio da privatização da Petrobrás com a demissão de 4 mil companheiros da Embraer; com as milhares de demissões e afastamentos de trabalhadores do serviço público; com a inflação beirando os 15% ao mês, num total de 350% desde março; com a proibição do saque do dinheiro do fundo de garantia, transformado da noite para o dia em "cruzados"; com a quebra de várias empresas nas últimas semanas; com o repasse de 540 milhões de dólares de seguro-desemprego para as mãos dos empresários que têm dívidas com o BNDS.

Em nenhum momento afirmamos que a CUT não deve negociar com os patrões e o governo. Acontece que existe uma grande diferença entre negociação e pacto social. O governo sabe disso e se esforça para ter a CUT na mesa do Pacto, prometendo inclusive discutir qualquer reivindicação dos trabalhadores. Para o governo Collor e os patrões o resultado final deste Pacto não é o mais importante, o que interessa é que a CUT reconheça este Pacto como legítimo e válido. A presença da CUT no Pacto Social enfraquece o poder de negociação dos sindicatos, das greves e lutas em curso, passando uma nítida impressão para as bases de que daqui em diante todas as questões de demandas importantes para a classe trabalhadora têm que ser negociadas em torno de um fórum de entendimento nacional ou Pacto Social e não como resultado da luta entre as classes antagonistas.

A resposta dos trabalhadores é clara. Mesmo com todo arrocho, com a ameaça de desemprego, a classe trabalhadora prefere lutar e resistir à política de fome do governo e dos patrões, segundo o DIEESE nas últimas semanas mais de mil categorias entraram em greve. Esta é a resposta concreta contra a política do governo Collor e dos grandes empresários.

Por isso propomos:

1º: Que a CUT se retire imediatamente do Pacto Social, não só porque isto fere as resoluções do 3º Congresso, mas também por desarmar o movimento sindical para a luta de resistência contra os planos de governo. Hoje, mais do que nunca, o concreto é que a nossa central convoque a classe trabalhadora a engrossar e unificar as greves e mobilizações no campo e na cidade;

2º: Que todos os dirigentes, ativistas e militantes do movimento operário e sindical exijam da maioria da executiva nacional da CUT, responsável pela adesão da CUT às negociações sobre o Pacto, a saída da mesa do Pacto social, construindo uma ampla ação contra esta força que as classes dominantes chamaram de "entendimento nacional".

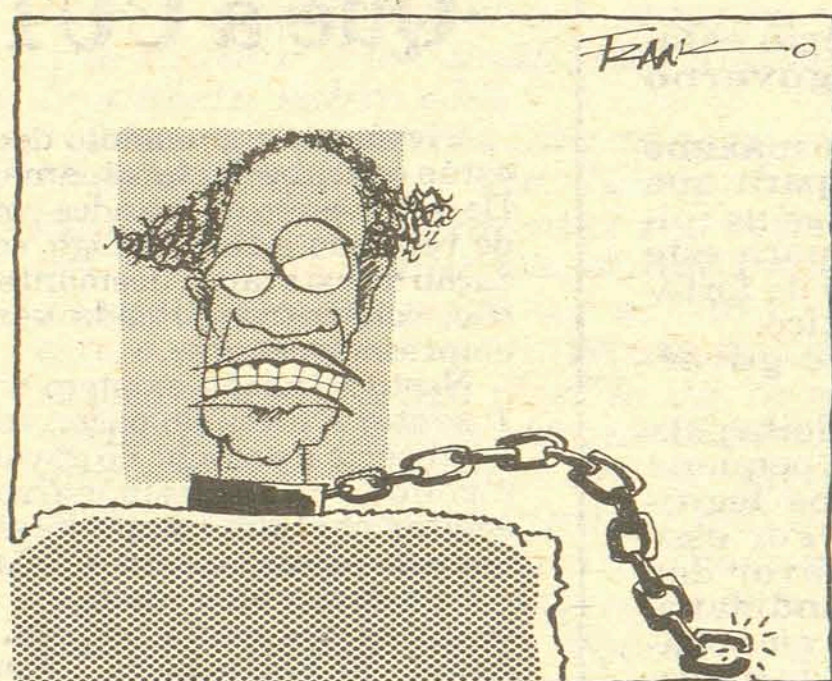
3º: Que os 13 pontos da pauta de reivindicações, aprovados na plenária de Belo Horizonte sirvam de alavanca para a unificação das Campanhas Salariais e greves, que estão ocorrendo em todo o país.

* Delman Ferreira, Antônio Carlos de Andrade, Cyro Garcia, Durval Carvalho, Gerson Almeida, José Geraldo Araújo, Sebastião Lopes Neto, Martimiano Cavalcante.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Consciência Negra: a luta pelo respeito

Márcio Souza
Sec. Geral Sinte-SC



No vinte de novembro, em todo o país, a comunidade negra organizada comemora O DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA, em homenagem ao grande líder negro ZUMBI, assassinado nesta data pelas tropas mercenárias, no século XVII. Zumbi comandou o maior quilombo que a história tem registro, conhecido como PALMARES, localizado onde atualmente é o estado de Alagoas.

De lá para cá, o povo negro e oprimido deste país tem tomado a luta dos QUILOMBOLAS (como eram chamados os habitantes dos quilombos) como referência para suas organizações, percebendo em ZUMBI inspiração para continuidade na busca pela libertação, no sentido mais pleno da palavra.

Dada a perseverança do povo negro no combate à exploração promovida pela escravidão, e logo em seguida no combate ao preconceito racial e discriminação pós-abolição, a questão racial chega

às escolas, integrando os conteúdos curriculares. Exigem, desta forma, capacitação dos educadores para o tratamento desta questão, que para a maior parte ainda se constitui num grande tabu.

Mas a questão não deve ser tratada no âmbito dos bancos escolares. Ao movimento sindical cabe a tarefa de compreender a composição da classe trabalhadora, percebendo aí diversidades que atuam como fatores determinantes na luta pela superação da sociedade de classes. Hoje o movimento sindical não contempla os negros, a maioria excluída do setor formal de trabalho, as mulheres, a saúde do trabalhador, a cultura e a imprensa sindical, sem falar na juventude. O isolamento político das lutas, que giram nas órbitas exclusivas do economicismo, aliadas ao corporativismo (só para nós), não permite que o sindicalismo se liberte das amarras que o mantêm distante dos trabalhadores brasi-

LINHA aberta

leiros.

Para o movimento popular no Brasil reside o grande desafio de buscar a unificação das lutas. Entendendo como trabalhadores todos aqueles que são explorados economicamente e não apenas aqueles que têm a carteira assinada ou contracheques.

Por estas considerações, permito-me concluir que a lição de ZUMBI continua valendo. Nos quilombos as populações eram constituídas por negros, brancos, pobres e índios, que buscavam derrotar a opressão representada pelos senhores de engenho e a Coroa Portuguesa.

A história do povo negro se constitui de exemplos marcados pela luta e determinação em direção à liberdade. Podemos extrair muitas riquezas, mas para tanto, é necessário vontade política e muita sensibilidade.
VALEU ZUMBI!!!

NOIS

Núcleo fortalece a Imprensa Sindical

Se é verdade que uma andorinha só não faz verão, já podemos dizer que se inicia a primavera para a imprensa sindical de Florianópolis. Hoje existem pelo menos três sindicatos com jornais periódicos elaborados a partir de alguma infra-estrutura. A partir de agora os profissionais de imprensa dos sindicatos dos bancários, eletricitários e trabalhadores em educação vão trabalhar em conjunto, buscando a otimização de cada jornal diminuindo custos e melhorando a qualidade.

O Núcleo Organizado de Imprensa Sindical (NOIS), como está sendo chamada a estrutura, formou-se a partir da iniciativa dos profissionais e é resultado de um entrosamento que, informalmente já vinha acontecendo. O funcionamento vai ser mais ou menos assim: nas quartas-feiras os seis profissionais dos três jornais vão se reunir e discutir assuntos que podem ser explorados por todos; daí é discutir a divisão de tarefas: quem faz a reportagem, quem faz as fotos, quem prepara a pauta para as entrevistas, e assim por diante...; depois o material é socializado para a edição de cada jornal.

A idéia é simples, mas os resultados podem ser significativos. Com o NOIS a imprensa sindical passa a ter mais mobilidade, melhorando a cobertura de eventos. Por exemplo, na cobertura de uma greve geral ao invés de termos três pequenas equipes, cada uma com seu equipamento, trabalhando, teremos uma equipe única para acompanhar os acontecimentos: mais repórteres, mais fotografos. O resultado só pode ser melhor...

Entre os jornalistas do NOIS, Vera Rotta, Ro Bion, Rose Laurindo, Gastão Cassel,

Jacques Mick e Zezé Coelho há um consenso: a proposta é um dia produzir um jornal unificado das entidades. Na verdade é óbvio que grande parte dos jornais é de interesse comum a todas as categorias, e unificando-se as estruturas, que produzem mais de 70 mil exemplares por mês, poderia ter um grande jornal semanal.

O NOIS além de buscar uma imprensa sindical eficiente e de boa qualidade jornalística tem como objetivo difundir uma visão de como os sindicatos devem tratar a comunicação. A idéia é resgatar o jornalismo e a informação nos veículos destinados aos trabalhadores. O problema é que a maior parte dos 13 milhões de exemplares produzidos mensalmente por entidades no Brasil são meros "panfletos", confeccionados sem nenhuma técnica de texto ou apresentação visual, com uma linguagem cheia de chavões e com análises fechadas.

A grande questão para o NOIS, no entanto, é dotar o movimento sindical de uma estrutura de comunicação capaz de fazer frente aos veículos de comunicação dominados pelas classes dominantes. A idéia é mesmo juntar os pequenos para enfrentar os grandes.

Por isso, a partir de hoje teremos matérias marcadas pelo selo do NOIS. Quando encontrar essa marca o leitor vai saber que trata-se de um material produzido em conjunto, seja uma reportagem ou um artigo, uma foto ou uma entrevista. O desejo é que esta marca represente uma revolução na primavera, anunciando um ensolarado verão — uma forte estrutura de imprensa a serviço da classe trabalhadora.

CINEMA

Marte seja aqui

Samuel Lima
Jornalista e Bancário

O preço do ar subiu. Calma, gente fina, não é nenhuma nova medida provisória baixada pelo "sistema globalto" (1). É Marte, ano 2084. A Terra está dividida em dois megabloques de poder: o bloco Norte, comandado pelos EUA e o bloco Sul, o do resto. É "O Vingador do Futuro" (Total Recall), o novo filme de Arnold Schwarzenegger.

Dirigido pelo holandês Paul Verhoeven, que fez também "Robocop", o filme alterna momentos de *overdose* nos efeitos especiais com seqüências banais tipo filme B: perseguições e tiroteios intermináveis, fugas espetaculares e *hiperdose* de violência. Mas nem só dos músculos e predicativos de Schwarzenegger vive "O Vingador". A música de Jerry Goldsmith costura os momentos mais decisivos com uma sintonia fina, vibrando um ritmo preciso.

O filme é baseado no conto "We can remember it for you wholesale", de LPhilip K Dick, o mesmo autor de "O Caçador de Andróides", o *cult* dos anos 80. Dick, um mestre no gênero de ficção, "celebrizou-se por desenhar um futuro em que, paralelamente ao avanço tecnológico, registra-se uma involução da civilização" (2). Verhoeven subverte essa ordem e leva a trama para um final, cuja perspectiva se abre num largo céu azul: é a vitória da revolução sob o céu avermelhado e triste - mas profundamente belo - de Marte. Em outras palavras, liberdade ainda que após a fusão nuclear. É o avesso da lógica de Dick que afirmava: "invenções e máquinas não contribuem para a felicidade huma-

na".

Por outro lado, a narrativa do "Vingador..." não é nada linear. Longe do óbvio, o filme de Paul Verhoeven é um autêntico *thriller*, no tom das surpresas, escorado numa espécie de quebra-cabeças de carne e osso, sangue e pudins. Ou no dizer perplexo de Doug Quaid (Schwarzenegger), após acionar o reator que devolveu o ar e a liberdade ao planeta vermelho: "incrível, parece um sonho", murmura enquanto abraça e beija longamente a guerrilheira Melina (Rachel Ticotin), uma sobrevivente latina no mundo em que os homens viravam mutantes por falta de ar.

O tom universal da fita de Schwarzenegger/Verhoeven sai de certas falas do operário Quaid e do revolucionário Kuato. "Quero dar sentido à vida, sem alguém", afirma Doug Quaid, nos diálogos iniciais do filme. E Kuato rebate sereno, mais adiante: "o homem é definido pelas suas ações e não pelas lembranças". Marte seja aqui, digo eu, essa não ouvi dos lábios de Lori (Sharon Stone).

O desfecho do filme, porém, oferece aos cinéfilos uma dupla ambigüidade: primeiro, que tudo de fato terá sido um sonho de Quaid, uma viagem ao ego, memórias perdidas; segundo, ao não explicitar a morte do vilão Cohaagen (Ronny Cox) insinua que algo mais pode acontecer, novas aventuras. Estas dúvidas permanecerão até... "O Vingador do Futuro - Parte II". Aguardem.

(1) A expressão é do jornalista Fernando Gabeira. Segundo Gabeira, "globalto" é uma fusão da Rede Globo com o Palácio do Planalto, no "Brasil novo".

(2) Revista "SET", ed. Azul, n.º 9, página 34.